

Tribunal do júri @beatriznamiestudies

Trata-se de um procedimento especial previsto no CPP, nos artigos 406 a 497.

2 fases

sumário da culpa → 1ª fase

julgamento de plenário → 2ª fase

1ª fase: bem parecida com procedimento comum

1º recebimento da denúncia ou queixa e citação do acusado p/ resposta à acusação no prazo de 10 dias.

2º resposta à acusação, podendo alegar toda matéria de defesa e arrolar até 8 testemunhas

3º MP ou querelante manifesta-se em 5 dias, sobre a resposta à acusação

4º na audiência de instrução e julgamento, será ouvido o ofendido, inquirição de testemunhas de acusação e depois da defesa, esclarecimento de peritos, reconhecimento de pessoas e coisas, terminando com o interrogatório do acusado.

5º Alegações finais orais pelo prazo de ~~30 dias~~ 20 minutos, prorrogáveis por mais 10.

↳ 1ª acusação

2ª defesa

6º Sentença oral, podendo ser feita em 10 dias por escrito, caso o juiz entenda que seja melhor.

Nesta 1ª fase existe uma previsão de ser ouvida a parte acusadora acerca da resposta à acusação, o que não existe no procedimento comum ordinário.

Além disso, não há previsão de memoriais escritos, devendo as alegações ser orais.

importante:

O número de testemunhas que podem ser ouvidas na 1ª fase totaliza em 8, de acordo com o art. 406, § 2º CPP.

Na 2ª fase podem ser arroladas apenas 5 testemunhas, conforme o art. 422 CPP.

▷ prazo de 90 dias p/ conclusão de toda a fase do sumário de culpa.

▷ Após a fase do sumário de culpa, passa-se p/ as possíveis decisões:

a) **impronúncia**: quando o juiz não está convencido da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou participação.

↳ cabe recurso de apelação

b) **pronúncia**: quando o juiz está convencido da materialidade e indícios de autoria ou participação.

↳ cabe recurso em sentido estrito.

@beatriznamiestudies

c) **Desclassificação**: quando o juiz sumariamente entender que o fato não é de competência do júri, devendo remeter os autos ao juiz competente.

d) **absoluição sumária**: o juiz poderá absolver o acusado sendo quando estiver provada a inexistência do fato; o fato não for infração penal; demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

▷ **desaforamento**: trata-se de **deslocamento de competência territorial de uma comarca p/ outra relativa à sessão de julgamento**, não ocorrendo em relação à fase do sumário de culpa.

hipóteses

- ↳ interesse de ordem pública
- ↳ dúvida sobre a imparcialidade do júri
- ↳ segurança pessoal do acusado

↳ **legitimidade p/ requerer**: MP, do assistente, do querelante, do acusado e do juiz, devendo o feito ser julgado pelo Tribunal.